



JOAQUIM ROCHA DA CUNHA

Impostos elevados tornaram muitas empresas inviáveis

Por Jorge Magalhães

O presidente da Associação das PME-Portugal é um defensor convicto da *flat tax* – «na casa dos 16 a 18 por cento» – e muito crítico em relação aos métodos utilizados pelo fisco. «Se as administrações podem penhorar extrajudicialmente os créditos que dizem vencidos, porque não poderão os contribuintes fazer o mesmo face aos seus devedores, onde se inclui o Estado?» Profundo conhecedor da realidade empresarial lusitana, diz que os TOC têm sabido valorizar-se e que o sigilo profissional deve ser sagrado.

Licenciado em Economia pelo ISEG (1991) e pós-graduado em Estratégia de Exportação pelo mesmo Instituto (1994), Joaquim Rocha da Cunha é presidente da Associação das PME-Portugal desde Abril de 2001. Empresário e administrador de diversas empresas desde 1995, é também vice-presidente da ESBA – Confederação Europeia de PME, desde 2001. Em 1994 foi proclamado JEEP – Jovem Empresário de Elevado Potencial.

«**C**riar Bill Gates em Portugal é impossível.» Porquê? Joaquim Rocha da Cunha lamenta que os incentivos ao empreendedorismo não passem de *show off*, porque «os apoios à inovação, sistema financeiro, sociedade, burocracia, infra-estruturas» estão contra quem quer inovar. Mas não só. O presidente da Associação das PME-Portugal

insurge-se contra a alta fiscalidade e diz mesmo que será a Europa que nos levará a corrigir os erros, baixando os impostos. Crítico em relação à actuação da administração fiscal, Joaquim Rocha da Cunha sugere a criação de uma conta-corrente entre os contribuintes e o Estado, ao mesmo tempo que enaltece o papel dos TOC nas pequenas e médias empresas, considerando-os uma classe valorizada «onde a boa moeda tem sabido fazer valer os seus créditos.»

TOC – A fiscalidade é um dos factores que mais preocupa os empresários portugueses. As empresas suportam impostos em excesso?

Joaquim Rocha da Cunha – Os contribuintes suportam impostos em excesso, quer sejam empresas, profissionais liberais ou individuais. Isso está perfeitamente demonstrado, não tendo qualquer validade a comparação com os países nórdicos - que além dos benefícios concretos que fornecem a quem contribui, estão a desagravar fiscalmente - nem é compatível com a saudável competição fiscal dentro da UE. Temos, por exemplo, a Estónia com IRC a zero por cento e *flat taxes*, para IRC, IRS e IVA em vários países de Leste. Só contribui para a estagnação económica e nalguns casos para a baixa da colecta por retracção e efeito de substituição. Mas tem faltado coragem aos sucessivos governos para atacar a despesa pública corrente e resistir à tentação de entrar em mega-investimentos de duvidosa rentabilidade social, antes de ter, de facto, a despesa controlada.

TOC – De acordo com os últimos dados revelados, a cobrança de IRC no primeiro semestre

cresceu cerca de 29 por cento, em relação ao período homólogo anterior. Como é que se pode explicar este aumento, uma vez que o crescimento da actividade económica é incipiente?

JRC – Pelas cobranças indevidas. Veja-se a situação do pagamento por conta e outros excessos ou atente-se no clima de terror instalado nos contribuintes, os quais, para contestar algo, sabem que terão de ir para tribunal, prestar caução do total do valor em dívida para terem uma decisão daqui a dez anos...

TOC – **A actual taxa de IRC está num nível satisfatório ou será necessário pensar em novas reduções, como forma de acompanhar as mais recentes tendências verificadas em diversos países europeus? É um convite e uma tentação à evasão fiscal ou este problema tem as suas raízes numa certa mentalidade lusitana?**

JRC – Sou um adepto da *flat tax*, ou seja, uma taxa baixa na casa dos 16 a 18 por cento, comum e igual para IVA, IRC e IRS, sem excepções. Este movimento iniciado na Europa é um convite à deslocalização de empresas de Portugal.

Quanto à evasão fiscal, passamos do oito ao 80. Não vou fazer uma defesa pudica e falsa da virgindade de muita gente que exagerava nos prejuízos sucessivos. Isso era frequente há 10 anos. Agora temos excesso em sentido oposto, em que se presume e colecta sem ter em conta a realidade: é um verdadeiro assalto ao contribuinte. Recuso qualquer origem genética ou cultural para um problema que quase desapareceu, o da evasão fiscal. O problema genético que se mantém é o do Estado gastar mais do que tem ou pode. Para fazer face a isto tem que cobrar por todos os meios, mesmo que a roçar o ilegal, abusivo e ilegítimo.

TOC – **É abusivo dizer que a propalada eficiência fiscal tem conduzido muitas empresas ao encerramento?**

JRC – É verdade e os números confirmam-no. Impostos elevados num clima recessivo tornaram muitas empresas, exportadoras e industriais, por exemplo, inviáveis. Só o tempo que muitas têm que esperar pela recuperação de IVA na exportação, destrói tesourarias e retira a pouca competitividade que ainda tinham no mercado internacional.

Abusos sobre os contribuintes

TOC – **Como é que vê a decisão do Governo em permitir o acesso às contas bancárias por parte das finanças sempre que, por exemplo, os contribuintes se atrasem na entrega da declaração de rendimentos ou reclamem de uma decisão do fisco?**

JRC – É um abuso. Também gostava que os contribuintes, em jeito de reciprocidade, pudessem ter acesso às contas do Estado e dos seus dirigentes, quando a Administração Central ou Local se atrasa ou protela pagamentos. A frequência e impunidade com que isto é praticado são desmoralizadoras.

TOC – **Portugal tem assistido a um recuo sem precedentes dos direitos e garantias dos contri-**



Joaquim Rocha da Cunha lembra que muitas das empresas penhoradas pelo fisco «têm créditos sobre entidades públicas, donde o incumprimento face ao Estado tem muitas vezes origem no próprio Estado.»

buintes ou defende que é necessária mão pesada do fisco?

JRC – Mão pesada já há. Inverter o ónus da prova, obrigar o contribuinte a provar algo que não fez, reclamar para um tribunal com custos, anos de espera e uma caução bancária cara e difícil de obter, é um atentado aos direitos constitucionais. Mais: temos mecanismos de cobrança únicos e unilaterais. Ora, se as administrações podem penhorar extrajudicialmente os créditos que dizem vencidos, porque não poderão os contribuintes fazer o mesmo face aos seus devedores, penhorando-lhes contas e bens, em especial se o devedor for o Estado? Porque não, ao menos, uma conta-corrente entre cada contribuinte e o Estado? Muitos dos penhorados têm créditos sobre en-



O presidente da Associação das PME-Portugal lamenta que a coragem reformista do secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira, não tenha sido seguida por outros membros do governo.

tidades públicas, donde o incumprimento face ao Estado tem muitas vezes origem no próprio Estado.

TOC – Temos assistido, nos últimos anos, ao encerramento em massa de empresas que não tem sido acompanhado com a criação de novas. Estamos perante um grave problema estrutural da economia ou trata-se apenas de uma “selecção natural”?

JRC – Como economista, seria politicamente correcto falar em selecção natural, mas a verdade é que criar uma empresa se tornou um acto de coragem tributado logo à nascença. O clima económico continua mau, o investimento em queda e o que se anuncia ou terá efeitos a longo prazo ou apenas beneficia multinacionais, as quais negoceiam isenções fiscais dignas do paraíso fiscal que encontram em Portugal. Há, de facto, um problema estrutural. Muitos dos chamados apoios ao empreendedorismo, ao capital semente, à formação de empresários e apoios à inovação não passam de *show-off*. O QREN continua por abrir e a sigla PME quase não se vê. Temo que o empreendedorismo seja para uma suposta “elite”, escolhida pelos senhores do costume. Este *status quo* que domina há décadas Portugal leva a que o País não mude e a economia não se renove. Veremos se o primeiro-ministro consegue arranjar forma de os apoios chegarem aos beneficiários finais e, assim, renovar a camada empresarial. Sinceramente, receio que o dinheiro, como é usual, se perca nos intermediários públicos e nos privados do costume...

Segredo profissional dos TOC deve ser sagrado

TOC – Que balanço faz de uma medida como a «Empresa na Hora»?

JRC – É a melhor e mais emblemática medida deste Governo. Em dois meses estava a funcionar e é um exemplo de coragem reformista do secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira. Toda a gente dizia que não ia funcionar, eu tinha também dúvidas nos prazos, mas funcionou. Depois disso

veio muita coisa boa para desformalizar e desburocratizar a vida das empresas. Só é pena que outros colegas do governo não tenham a sua velocidade e coragem reformista.

TOC – A IES é outra das apostas do Executivo. Apesar de não estar ainda em pleno funcionamento, acredita que a sua implementação poderá ser sinónimo de poupança de tempo e dinheiro?

JRC – Parece-me óbvia a poupança de tempo e dinheiro para todos.

TOC – Falar de IES é falar também de TOC. Como é que os empresários olham para o trabalho desenvolvido por estes profissionais?

JRC – É uma classe que tem sabido valorizar-se e onde a boa moeda tem sabido fazer valer os seus créditos, num universo alargado e altamente competitivo. Na Associação das PME temos muitos associados TOC, quer em nome individual quer através de sociedades comerciais que se dedicam ao apoio contabilístico e fiscal. O contributo é tão apreciado que os TOC estão largamente representados nos nossos órgãos sociais. Julgo que estes profissionais estão cada vez mais qualificados e dispõem de experiência relevante. Isso é importante para a competitividade das empresas que apoiam.

TOC – Seria possível imaginar as micro e pequenas empresas sem a presença e conselhos do TOC?

JRC – Da realidade que conheço, há relações muito fortes, umbilicais. Por vezes, demasiado envolvimento pode ser mau para ambas as partes, mas julgo que o profissionalismo e atitude que referi antes, têm levado cada TOC e sócios-gerentes a saber interpretar o seu papel e o espaço da relação que os une.

TOC – Os TOC trabalham de forma condicionada nas empresas, uma vez que têm que conjugar as obrigações legais e os interesses das entidades patronais em simultâneo?

JRC – É verdade, mas a obrigação do sigilo profissional tem que se sobrepor a tudo o resto, desig-



«Para mim, o sigilo profissional é sagrado e julgo que para os TOC também deve ser: a relação TOC/cliente está acima de tudo», esclarece Joaquim Rocha da Cunha

nadamente a qualquer tentativa de intimidação vinda do exterior... se me faço entender! Muito do que se diz ou se escreve sobre os deveres legais dos TOC, por exemplo face ao fisco, não tem base legal e é mesmo inconstitucional. Para mim, o sigilo profissional é sagrado e julgo que para os TOC também deve ser: a relação TOC/cliente está acima de tudo. Compete a cada um fazer a escolha certa e não aquela que dá menos dores de cabeça...

Concorrência fiscal dentro da UE é saudável

TOC – De acordo com um estudo divulgado recentemente, 83 por cento das PME têm créditos incobráveis e o prazo de recebimento, em mé-

dia, é de 104 dias. Qual é a receita para sobreviver num clima económico como este?

JRC – O ideal seria a economia crescer quatro por cento ao ano, o Estado pagar a pronto, a banca alargar *plafonds*, o sistema judicial permitir cobranças na hora. Na prática, a sobrevivência faz-se com investir, investir e investir em fundo de maneio ou não dar crédito a clientes – e o crédito a clientes é uma alavanca do crescimento que está cada vez mais em risco em Portugal.

TOC – A Associação das PME-Portugal tem já duas delegações no estrangeiro, em Espanha e



Joaquim Rocha da Cunha não vê com bons olhos a rigidez laboral: «Este país conservador passou a permitir que se case e descase na hora e se aborte na hora, mas considera o vínculo do trabalhador vitalício!»

no Brasil. Qual o objectivo desta internacionalização?

JRC – Sem qualquer apoio público, prestar auxílio às empresas que desejem instalar-se nesses enormes mercados. Vivemos numa economia globalizada e temos que apostar nos mercados com quem temos afinidades e proximidade.

TOC – É fácil uma empresa portuguesa implantar-se nesses países?

JRC – Nada é fácil. Do ponto de vista burocrático, Espanha é mais simples do que o Brasil. Mas o que conta é o negócio, e cada caso é um caso. Não noto nas PME qualquer discriminação em relação aos portugueses nesses dois mercados. Mas é necessário fazer o trabalho de casa...

TOC – De que forma é que a valorização do euro tem condicionado a actividade das PME, sobretudo aquelas que exportam para fora da UE?

JRC – Tem tornado muitas empresas inviáveis. Até os têxteis-lar, um sector à parte no têxtil, está com sérios problemas devido à valorização do euro. Euro demasiado forte, com Euribor alta, pode ser uma combinação fatal para a economia real da eurolândia.

TOC – A concorrência fiscal é saudável dentro do espaço comunitário?

JRC – Muito saudável. Vai obrigar os Estados obesos a uma dieta. Passa-se um fenómeno paradoxal e curioso. Os países de Leste, com economias estatizadas e centralizadas baseadas nas doutrinas comunistas, fizeram um corte radical com esse passado. Isto significa pouca burocracia, total ênfase na iniciativa privada e baixos impostos. Lá não têm dúvidas de que o caminho passa por um sector privado forte e por empresas e empresários com condições.

Em Portugal, apesar de viver um regime autoritário, era permitida a propriedade privada e a iniciativa empresarial. Hoje temos

parte significativa da população e dos dirigentes da administração pública como ferozes inimigos da iniciativa privada, das empresas, dos empresários. Não percebem que só há emprego e riqueza com empresas e empresários. Entendem o lucro não como sinal de risco bem sucedido, mas com a inveja típica de ideologias do passado.

Isto não é caso único: na França pré-Sarkozy políticos coligados com sectores da Comissão Europeia queriam impor uma harmonização fiscal nivelada pelo topo. Foi a chegada de Merkel ao poder na Alemanha e a intransigência britânica com os seus 21,5 por cento de IRC que impediram mais esta barbaridade. Por isso, a competição fiscal europeia é um processo tão importante. Vamos, uma vez mais, ser compelidos pela Europa a corrigir os nossos erros e a baixar os impostos.

IFRS for SME's: novo desafio para os TOC

TOC – O designado normativo IFRS for SME's representará uma revolução na forma como as PME apresentam as contas, porque as obriga a maior divulgação de informação financeira. Quais as vantagens e inconvenientes que vê nestas normas?

JRC – A divulgação de informação financeira é uma inevitabilidade, até porque Basileia II vai exigir uma enorme transparência financeira entre empresas e bancos. Aqui não se trata de estar a favor ou contra. É uma realidade na qual ter boa informação financeira, actual e bem apresentada vai ser tão importante como apresentar bons produtos e serviços aos clientes. É mais um desafio para os TOC...

TOC – Conhece bem a mentalidade dos empresários portugueses. Conceitos como inovação e competitividade encontram bom acolhimento junto da classe empresarial?

JRC – Competitividade é simples: ou se é capaz ou se é extinto, pois hoje a globalização não faz reféns e as empresas tornam-se inviáveis em ciclos muito curtos. A inovação preocupa muitos empresários, quer a nível de produto ou serviço quer a nível organizacional e de mercado.

Na área da inovação, muito se podia fazer se o dinheiro público não fosse absorvido por projectos virtuais de lóbis públicos e sem resultados.

Temo que vão pôr em causa os resultados que se pretendem com o plano tecnológico. Não vale a pena querer ter resultados com a inovação enquanto quem domina os orçamentos comunitários funcionar fora deste mundo e em circuito fechado.

TOC – As questões laborais têm estado na ordem do dia. A flexissegurança tem possibilidades de vingar em Portugal?

JRC – Com vontade política, sim. Num mercado livre é necessário, até porque as nossas empresas estão a perder os melhores quadros para o exterior e têm que manter aqueles que são manifestamente incompetentes, e incompetência, como se sabe, não é justa causa para despedimento. No plano da inovação organizacional, temos uma lei laboral que impede reestruturações rápidas e dispersa atenções e recursos. Este país conservador passou a permitir que se case e descase na hora e se aborte na hora, mas considera o vínculo do trabalhador vitalício!

TOC – «Rio-me quando nos comparam com Espanha». Quer explicar melhor esta sua afirmação?

JRC – Era uma explicação longa de como um país pobre, que teve uma ditadura sanguinária, conseguiu em três governos passar a oitava economia do mundo, com PME internacionais e grandes empresas, ex-PME, líderes mundiais. Em concreto, foi o título de um artigo que escrevi, no qual comparava as condições de competitividade de uma empresa da Galiza com as de Portugal e dava um exemplo concreto de uma empresa nascida do nada: dois jovens que foram à banca buscar 600 mil euros baseados nos currículos e nos projectos – cá seriam considerados malucos – e hoje lidera o mercado de *i-pod* espanhol com 60 milhões de euros de facturação. Criar Bill Gates por cá é impossível. Está tudo – apoios à inovação, sistema financeiro, sociedade, burocracia, infra-estruturas – contra eles.

TOC – A economia portuguesa tem vivido em função do défice público?

JRC – Perdão, tem sobrevivido ao “monstro”... Mas não sei até quando este paradigma único na Europa se aguenta! ■